

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Óleo: otimismo e baixo carbono.....	2
Título: Petróleo, dólar e bens de consumo fazem arrecadação de ICMS subir mais que PIB...	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Liminar ameaça privatização da Cesp nesta sexta.....	5
Título: Dependente da Venezuela, Roraima vive apagões de energia	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Amazonas Energia pode ter operação fechada	7
Título: Propostas para o meio ambiente são opostas.....	8
Título: Justiça suspende renovação de contrato de usina da Cesp.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Aneel terá nova solução para risco hidrológico de usinas.....	11
Título: Exigência de mudança da lei dificulta corte de tarifa	13
Título: Mudança climática põe geração de energia em risco, alertam técnicos.....	15
Título: Curtas	16
Título: Sem venda de elétricas, buraco é de R\$ 12,2 bi	17
Título: Estatal mantém leilão de subsidiária mesmo com entrave criado pelo Senado	18
Título: Temer mantém silêncio sobre indiciamento feito pela PF	20
Título: Destaques	21
Título: Após adquirir GE Water, Suez expande frente	22
Título: Chinesas SPIC e Zhejiang avaliam aquisição da Tijoá, da Triunfo	23
Título: Governo de São Paulo tenta vender Cesp hoje	24
Título: Amaggi vai investir na produção de biodiesel a partir de 2019.....	26

Título: Fundos não refletem alta do petróleo..... 28

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/10/2018

Seção:

Autor: Miriam Leitão

Título: Óleo: otimismo e baixo carbono

O petróleo será um aliado das receitas públicas no ano que vem se forem mantidos os leilões e o país conseguir realizar a concessão das áreas excedentes do pré-sal que foram descobertas pela Petrobras. Vai depender do caminho que o novo governo escolher. O setor quer ser também um aliado do combate às mudanças climáticas. As empresas já trabalham com o horizonte de que terão que emitir menos gases de efeito estufa porque essa foi a escolha do mundo no Acordo de Paris.

A empresa norueguesa Equinor, antiga Statoil, tem planos de investir no Brasil US\$ 15 bilhões até 2030, e a vice-presidente Verônica Coelho me explicou, numa entrevista na Globonews, a razão dessa aposta.

— A Equinor está com 22 licenças no Brasil e participação em campos importantes, como Roncador, e já temos uma produção de 100 mil barris/dia. O Brasil está numa posição superfavorável, dado o potencial que temos na costa. Isso sem falar na parte rasa, ou onshore, que a gente nem conhece ainda. Então o potencial que se tem, principalmente na área de águas profundas é tão grande que viabiliza a produção a preços competitivos. O momento é ótimo para o Brasil. É importante capturar essa oportunidade e esse valor potencial — disse a executiva.

A consultora Clarissa Lins, da Catavento e do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), diz que a indústria como um todo vê esse momento também com otimismo.

— O IBP está muito otimista em relação ao nosso potencial e à nossa capacidade de responder de forma eficiente e eficaz para gerar riqueza para o país. Esse otimismo, contudo, é fruto das reformas feitas nos últimos dois anos que melhoraram o ambiente de negócios—explica.

O setor de petróleo está às voltas agora com o que define como transição energética para se adaptar às novas metas de baixa emissão.

— O grande desafio que nós temos hoje é de tornar essa produção de petróleo e gás muito mais sustentável, reduzindo as nossas próprias emissões. Acho que esse é um compromisso que eu vejo cada vez mais a indústria aderindo e trabalhando pesadamente com isso — diz Verônica Coelho, da Equinor.

Ela afirma que o setor quer ser menos poluente, fazer uma produção com um impacto menor, para atender aos compromissos que assumiu. Além disso, a própria empresa está investindo cada vez mais em energia renovável, como eólica offshore com a Petrobras. Tem trazido a competência deles nesse tipo de produção de energia para compartilhar com a estatal brasileira:

— A gente já provê energia para um milhão de famílias na Europa através da geração eólica no mar. A eficiência das turbinas é muito maior.

Clarissa Lins diz que o maior desafio é prover a energia necessária para um consumo crescente, com confiabilidade e preços razoáveis, mas emitindo menos carbono.

— O que a sociedade global e a brasileira mostraram para todos é que o mundo precisa caminhar para uma matriz energética menos intensiva em carbono. O grande desafio do setor de petróleo é fornecer a energia e ao mesmo tempo ter a responsabilidade de encontrar soluções para descarbonizar as fontes energéticas consumidas — diz Clarissa.

As petrolíferas estão em transição para serem empresas de energia em geral. A Equinor instalou em Quixeré, no Ceará, o seu primeiro projeto solar no mundo.

— Os investimentos em fontes renováveis fazem cada vez mais sentido econômico— explica Clarissa.

O mercado empurra o mundo para ser ambientalmente sustentável mesmo quando os governos não entendem a importância. Vários países estabeleceram data para o fim dos carros à combustão. Na Noruega, a partir de 2020 os novos carros terão que ser elétricos.

A produção do petróleo deve subir no Brasil nos próximos anos, ao mesmo tempo em que todas as empresas, inclusive a Petrobras, fazem a sua transição para produzirem energia de outras fontes. No curto prazo, os preços altos, provocados por crise geopolítica, aumentam as receitas fiscais, mas criam o desafio da definição do reajuste interno dos combustíveis.

Tanto Jair Bolsonaro quanto Fernando Haddad defenderam políticas de interferência nos preços, que podem prejudicar a Petrobras. No longo prazo, mesmo se houver um retrocesso na área ambiental no Brasil, as empresas continuarão seguindo a lógica, hoje mundial e irreversível, de se tornarem mais sustentáveis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Petróleo, dólar e bens de consumo fazem arrecadação de ICMS subir mais que PIB

Mercado Aberto

A alta dos preços dos combustíveis e do dólar, aliada a uma melhora em alguns setores da indústria, fez a arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) subir mais do que a economia como um todo.

O valor do Rio de Janeiro foi o que mais cresceu: alta de 8,66% no acumulado de janeiro a agosto deste ano, na comparação com o mesmo período 2017, ao se descontar a inflação. Os dados são do Conselho de Política Fazendária.

O PIB do primeiro semestre subiu 1,1 %, segundo o IBGE.

Além da retomada da indústria do petróleo, houve influência do câmbio, que elevou a receita do imposto de importados, afirmou em nota a Secretaria da Fazenda do Rio.

A base de comparação, o ano de 2017, é baixa, diz Juracy Soares, presidente da Febrafite (federação das associações de fiscais de tributos).

“O Rio foi obrigado a rever neste ano os benefícios fiscais que havia dado.”

A alta em São Paulo (3,13%) também foi influenciada pelo fim de incentivos não renovados, segundo André Grotti, assessor de política tributária da Fazenda do estado. “A indústria de bens de consumo duráveis cresce acima do resto da economia. Ela tem participação maior na base de arrecadação do imposto.” É natural que o ICMS cresça mais que o PIB, segundo Jailson Silveira, economista do Ministério da Fazenda. “Se a economia cresce 1%, o recolhimento do imposto sobe 1,4%”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/10/2018****Seção: Mercado****Autor: Taís Hirata****Título: Liminar ameaça privatização da Cesp nesta sexta**

Uma decisão liminar da Justiça Federal poderá prejudicar o leilão da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), marcado para esta sexta-feira (19).

Um juiz da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente suspendeu, nesta quinta-feira (18), a renovação da concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera, que é o principal ativo da companhia elétrica.

Apesar da decisão liminar, o leilão está mantido, segundo a Secretaria da Fazenda do governo paulista.

Com o leilão da Cesp, o governo federal espera arrecadar ao menos R\$ 1,37 bilhão de bônus de outorga.

Além disso, foi oferecido um preço de R\$ 14,30 por ação, o que avalia a empresa em cerca de R\$ 4,5 bilhões.

No entanto, a renovação da concessão da usina de Porto Primavera é apontada como um fator determinante para o sucesso do leilão.

Inicialmente, o contrato da hidrelétrica venceria em 2028, mas o governo de São Paulo conseguiu negociar com a União a prorrogação desse prazo para 2048, o que torna o ativo mais atrativo.

No fim do ano passado, quando essa prorrogação ainda não havia sido concretizada, o governo paulista chegou a cancelar o leilão que estava marcado por constatar que, sem a medida, não haveria interessados.

Desta vez, a perspectiva do mercado é que, apesar da baixa concorrência em torno do ativo, haveria empresas dispostas a dar lances.

A suspensão determinada pelo juiz é temporária.

Ele exige a realização de ao menos uma audiência pública no município de Rosana (SP), cidade-sede da usina de Porto Primavera, que seria afetada pelo processo.

A ideia é possibilitar “uma adequada representação da população, de modo que os princípios da publicidade, transparência e adequada informação sejam atendidos”, segundo a sentença.

A ação civil pública que originou a decisão foi movida pelo escritório Advocacia Garcez em nome do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo.

Agora, o governo tenta reverter a liminar a tempo da realização do certame.

A tentativa do governo de São Paulo de vender sua companhia elétrica é antiga.

As primeiras iniciativas de desestatização ocorreram nos anos 1990. Em 2000, um leilão de privatização foi marcado, mas não houve interessados. Em 2001, um novo ensaio de venda foi frustrado.

Desde então, ao longo dos últimos anos, a Cesp teve novas tentativas frustradas de privatização, deixou de operar usinas hidrelétricas, que passaram a outros atores, e abriu seu capital para permitir a entrada de parceiros privados.

Hoje, o governo paulista ainda detém 40,56% das ações totais da companhia elétrica.

Entre os acionistas minoritários da empresa estão a estatal federal Eletrobras, o banco HSBC, a Squadra Investimentos, o Morgan Stanley, entre outros.

O controle da empresa, porém, ainda é público: o governo paulista detém 95% as ações ordinárias, que dão direito a voto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo

Título: Dependente da Venezuela, Roraima vive apagões de energia

Boa Vista, capital de Roraima, registrou ao menos dez interrupções de energia, algumas de curta duração e outras de ao menos meia hora, desde o dia 8.

Único estado desconectado do SIN (Sistema Interligado Nacional), Roraima depende do fornecimento de energia da Venezuela desde 2001, além de quatro termelétricas.

Neste ano, até setembro, foram registrados 65 blecautes em Roraima, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), concentrados nos últimos três meses.

Em julho foram 13, em agosto ocorreram mais 10 e, em setembro, 34. Para a Aneel, isso “demonstra a frequente descontinuidade no sistema”.

A energia proveniente da Venezuela tinha sido deixada de ser usada em setembro, mas voltou a abastecer o estado, de forma complementar.

Por ter custo de geração mais baixo, a energia do país vizinho tem prioridade de uso, segundo a Eletrobras.

A empresa afirmou que as interrupções têm ocorrido por causa de problemas técnicos da linha de transmissão que vem da Venezuela e serão minimizados em até quatro semanas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há ações definidas com a Eletrobras Distribuidora Roraima, a Eletronorte e o ONS (Operador Nacional do Sistema) para tentar resolver o problema, como a instalação de esquemas especiais de proteção ao sistema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Amazonas Energia pode ter operação fechada

O governo e a Eletrobrás se preparam para encerrar as operações da Amazonas Energia caso não haja interessados no leilão da empresa, marcado para a próxima semana, no dia 25 de outubro. **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, acredita que é possível haver interessados, mas afirmou que o governo vai trabalhar, paralelamente, para manter a prestação dos serviços aos consumidores em caso de fracasso. “Vamos tomar medidas para preservar os serviços. Essa é a responsabilidade do governo”, disse. A informação foi antecipada pelo Estadão/ Broadcast. Moreira Franco descartou a possibilidade de que o governo edite uma Medida Provisória para manter a Amazonas Energia nas mãos da Eletrobrás. “Não tem como. O governo não é soberano. São decisões baseadas na lei”, afirmou o ministro. Ele afirmou ainda que não é possível obrigar a Eletrobrás a continuar à frente da empresa.

“Essa decisão não é política e não é de governo”, afirmou. Mesmo com a rejeição, pelo Senado, na última terça-feira, do projeto de lei que resolvia pendências da Amazonas Energia, o governo decidiu manter o leilão da empresa. A aprovação da proposta era considerada fundamental para atrair investidores privados, já que a lei flexibilizava perdas da empresa com roubos de energia - mais conhecidos como “gatos”. Desde 2016, quando decidiu não renovar as concessões, a Eletrobrás opera as distribuidoras em um regime precário de prestação temporária de serviços, à espera da privatização das empresas. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., disse que a expectativa a respeito da venda da Amazonas é positiva. Ele esclareceu que a venda das distribuidoras não dependia da aprovação do Senado e que a rejeição do projeto de lei não invalida o resultado dos leilões anteriores.

Neste ano, o governo já privatizou a Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia), Boa Vista (Roraima) e Eletroacre. Ontem, o contrato de concessão da Cepisa foi assinado, e a Equatorial assumiu formalmente as operações da empresa. “O objetivo do projeto de lei nunca foi autorizar a privatização, pois ela já estava autorizada. Era apenas melhorar as condições de venda das empresas”, disse o executivo. “Já vendemos quatro distribuidoras sem a aprovação do projeto de lei. Estamos otimistas com a venda das outras duas”, afirmou o executivo, em referência também à Ceal, cuja venda está impedida devido a uma disputa entre a União e o Estado de Alagoas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/10/2018

Seção: Economia

Autor: Giovana Girardi

Título: Propostas para o meio ambiente são opostas

Investir em energia eólica e solar é o único ponto de convergência entre os planos de governo dos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) dentro do que poderia ser enquadrado como agenda ambiental. Fora isso, as propostas sinalizam para caminhos opostos. O plano de Haddad tem como linha condutora a chamada “transição ecológica para a nova sociedade do século 21”, que considera conceitos amplos de desenvolvimento sustentável, as ideias de “viver bem” no campo e na cidade e ações para promover uma economia de baixo carbono, a fim de ajudar a conter o aquecimento global. No programa de Bolsonaro, o assunto não é tratado como um tema próprio. A palavra “meio ambiente” só aparece uma

vez, no item que propõe a junção de várias instituições relacionadas à agricultura em uma pasta só. Esse ministério teria, entre outras atribuições, gerir os recursos naturais e o “meio ambiente rural”.

Em entrevistas, Bolsonaro afirmou que a ideia era “acabar a brincadeira dessa briga entre ministérios” – mas após receber críticas de vários lados, a campanha começou a rever essa ideia (leia mais na página B7). Ele indicou também o plano de transformar o Ibama (responsável pela fiscalização ambiental no País) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio – que faz a gestão das unidades de conservação) em uma coisa só, para acabar com o que chama de “indústria da multa”. Fortemente rejeitadas por ambientalistas, as propostas de Bolsonaro foram endossadas pela Frente Parlamentar da Agropecuárias (FPA). Mas, mesmo no agronegócio, há alguma reserva em relação a elas. A mais contestada é a que prevê a retirada do Brasil do Acordo de Paris, esforço internacional assinado por 195 países em 2015 para conter o aquecimento do planeta. O presidencial sugere que o acordo fere a soberania do País e que o Brasil teria de “pagar um preço caro” para atender aos compromissos.

Para o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, a proposta não é razoável. “O Brasil assumiu um compromisso de Estado, não pode um novo governante dizer que não tem mais nada a ver com isso”, afirma. Ele defende que o agronegócio “pode dar uma contribuição extraordinária”, sobretudo na questão do etanol, do biodiesel e também se beneficiar. “O agro pode ajudar muito com a agricultura de baixo carbono (ABC). Nós temos um compromisso e temos condição de cumpri-lo”, diz. “Veja a crítica universal que o Trump recebeu por causa de atitude parecida”, complementa, referindo-se ao presidente norte-americano. Os Estados Unidos são o único país que voltou atrás no acordo (leia mais no texto abaixo).

Desmatamento. A proposta de abandonar o acordo e o possível enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama são vistos como retrocesso por pesquisadores e ambientalistas. “Ele diz que o Brasil teria de pagar um preço muito alto, mas é ao contrário. Para outros países, que dependem da energia a carvão, é muito alto. Mas aqui é basicamente dar continuidade à política ambiental. Quase todo o compromisso brasileiro é cumprido pelo atingimento da meta de zerar o desmatamento”, afirma o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda e hoje diretor da Faap. Ricupero opina que se a ideia for colocada em prática, assim como a junção dos dois ministérios e do Ibama ao ICMBio, haverá um

efeito de redução da fiscalização, que pode promover uma alta do desmatamento.

O próprio ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, vem fazendo alertas nesse sentido. Dados do Instituto de Pesquisas Espaciais apontam para uma alta de 36% no desmatamento entre junho e setembro deste ano, na comparação com o ano anterior. “Já estamos percebendo uma movimentação diferente de aumento de pressão sobre a floresta neste período eleitoral. A Amazônia é muito sensível. A pressão avança quando há sinais de mudança no horizonte. E ao falar em indústria da multa, o debate pode incentivar a impunidade”, diz. Haddad propõe alcançar desmatamento líquido zero (reflorestamentos compensariam eventuais cortes) até 2022 em todos os biomas e promover a expansão da produção agropecuária nos “mais de 240 milhões de hectares já abertos para agricultura e pastagens”.

Para João Adrien, diretor executivo da Sociedade Rural Brasileira, em linhas gerais as propostas de Bolsonaro estão mais alinhadas com coisas defendidas pela SRB. “Ele tem uma visão mais macro, de trazer segurança jurídica, organizar regulamentações e o mercado.” O setor tende a discordar das metas de desmatamento zero total, em especial no Cerrado. “O desmatamento ilegal tem de ser combatido com todas as forças, rigor absoluto. Por mim tinha de acabar hoje, não em 2030 ou 2022. É ilegal, portanto não é aceitável. Mas o Código Florestal permite um corte legal. Dentro de normas adequadas, que contemplem o universo da sustentabilidade, não vejo o problema, sobretudo no Cerrado. Porque é possível que em algum momento seja necessário expandir”, diz Rodrigues.

Baixo carbono. Ainda no contexto climático, Haddad propõe uma “reforma fiscal verde, que progressivamente aumentará o custo da poluição e premiará investimentos e inovação de baixo carbono”. A ideia é reduzir o custo tributário do investimento verde em 46,5%. “Não há comparação possível entre os dois planos”, afirma Ricupero. Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima, também vê diferenças fundamentais: “Enquanto um busca integrar o ambiente como elemento estratégico para o desenvolvimento – e a maioria dos planos dos demais candidatos demonstrava, também, compromissos, em maior ou menor grau, com a proteção ao ambiente –, as promessas do outro representam colocar por terra a governança socioambiental do País”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/10/2018****Seção: Economia****Autor: Luciana Collet****Título: Justiça suspende renovação de contrato de usina da Cesp**

A Justiça Federal de Presidente Prudente (SP) suspendeu ontem o processo de renovação de contrato de concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). A decisão ocorreu na véspera do leilão de privatização da geradora paulista, marcado para hoje. A decisão poderá desestimular a participação dos potenciais interessados nas usinas da companhia. O juiz Newton José Falcão, da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente, acatou o pedido de uma ação popular que pedia a suspensão do processo de renovação do contrato de concessão de Porto Primavera até que seja realizada ao menos uma audiência pública presencial no Município de Rosana (SP), sede da usina.

Empresas como a Votorantim Energia, em parceria com o fundo de pensão canadense Canadian Pension Plan Investment Board (CPPIB), e as gestoras Pátria e Squadra avaliavam participar do processo, conforme antecipou o Estado. O governo paulista informou, por meio da Secretária da Fazenda, responsável pelo leilão, que “o Estado de São Paulo está tomando todas as medidas cabíveis para manter o leilão, como programado”. A venda da estatal de energia está nos planos do governo desde 2006, mas corre o risco de ser, mais uma vez, adiada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Aneel terá nova solução para risco hidrológico de usinas**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prepara uma nova solução para o risco hidrológico. O impasse gira em torno das dívidas bilionárias acumuladas pelos donos de usinas hidrelétricas por gerarem energia abaixo do montante contratado. Depois da derrota sofrida pelo governo na terça-feira, quando o Senado rejeitou projeto de lei que ajudava na venda das distribuidoras geridas pela Eletrobras, uma das principais pendências do setor elétrico também ficou sem desfecho. A proposta havia incorporado uma emenda, com a concordância

do Ministério de Minas e Energia, para resolver o problema do GSF (sigla em inglês como é conhecido o déficit na geração).

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, convocou um grupo de empresas formado pelos cinco maiores devedores e credores do mercado para uma reunião na próxima semana. Ele vai apresentar uma nova alternativa para desatar o nó que tem travado a liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado livre de energia, que representa quase 30% do sistema.

O déficit hidrológico ocorre quando as usinas produzem menos do que são obrigadas a entregar para seus clientes, por contrato, devido à estiagem severa e à queda no volume das represas.

Liminares judiciais impedem hoje a liquidação de R\$ 8,8 bilhões em contratos. No entanto, a agência estima que esse valor poderia ter um corte de pelo menos 40%, pelo simples fato de que muitos devedores em uma ponta são também credores em outras operações. Com isso, o valor líquido das dívidas ficaria em R\$ 6 bilhões - ou até mesmo abaixo.

O cerne da nova proposta prevê que as empresas devem entrar em acordos bilaterais, submetendo-se à chancela da Aneel e definindo um prazo para a quitação do passivo, mediante a desistência das ações judiciais em andamento. Para resolver o problema do passado e a forma de pagamento, se à vista ou em parcelas, Pepitone esclarece: "Temos toda a tolerância com relação a prazos".

Como estímulo à assinatura de acordos extrajudiciais entre devedores e credores, a Aneel desenhou um mecanismo que atenua significativamente o risco hidrológico daqui em diante. Somente quem tiver regularizado sua situação teria acesso ao regime para minimizar o problema do GSF nas usinas.

Por essa proposta, geradores deverão comprar no mínimo 5% da garantia física (a produção efetiva) de suas usinas, mas o percentual pode até ser maior e fica a critério de cada dono de hidrelétrica. A única exigência é que sejam megawatts provenientes da energia de reserva - regime de contratação criado para aumentar a segurança do sistema.

Essa energia, predominantemente de térmicas e eólicas, representa uma espécie de "seguro" no suprimento aos consumidores. Hoje a remuneração é feita por um pequeno adicional tarifário nas contas de luz das distribuidoras.

O valor atual da energia de reserva está em R\$ 220 por megawatt-hora. Conforme explica Pepitone, o gerador pagaria esse preço. Quando o PLD - preço de referência no mercado de curto prazo - ficar acima desse valor, os donos de usinas podem lucrar com a venda do excedente a preços altos. E eventualmente usar o ganho para ir abatendo o passivo. Quando ficar abaixo de R\$ 220, caberá

ao gerador decidir se repassa ou não a perda aos clientes. Ponto fundamental: de 2015 para cá, quando o risco hidrológico se agravou, o PLD se mantém acima de R\$ 220.

A contratação de energia de reserva pelos geradores teria quatro alternativas: um, dois, três e quatro anos de vigência.

Tudo isso é uma proposta, não um pacote pronto, faz questão de dizer Pepitone, que espera a receptividade das empresas na próxima semana. Se for boa, ele acredita que a diretoria da agência aprovará a abertura de uma audiência pública no início de novembro. É quando os agentes do setor poderão apresentar suas contribuições.

Segundo o diretor-geral, uma solução do risco hidrológico no âmbito da Aneel é plenamente viável. "A Lei 13.203, de 2015, já permite que geradores hidrelétricos no ambiente livre comprem energia de reserva para se protegerem do risco hidrológico."

Outras questões previstas na emenda do PLC 77, rejeitado no Senado, estão fora do escopo da agência, que só pode agir com atos infralegais. Entre essas questões, está a possibilidade de estender em até 15 anos as concessões de hidrelétricas, como forma de compensar o déficit de geração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Exigência de mudança da lei dificulta corte de tarifa

O grupo de trabalho encarregado de propor uma estratégia para reduzir as tarifas de energia elétrica, por meio de corte nos subsídios repassados à conta de luz, terminou seus trabalhos com um leque amplo de sugestões ao governo. Porém, boa parte das medidas definidas não deverá ser implantada por exigir mudanças na legislação do setor.

As sugestões definidas por técnicos do governo estão no relatório final do "plano de redução estrutural das despesas" da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que reúne nove subvenções que encarecem a tarifa.

O estudo, conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, propõe a extinção de alguns desses subsídios que beneficiam segmentos de dentro e fora do mercado

de energia. O trabalho técnico inclui mecanismos para aperfeiçoar o controle dos gastos e o recadastramento dos beneficiados a fim de eliminar fraudes.

Fontes oficiais ouvidas pelo **Valor** avaliam que há poucas chances de propor mudanças legislativas, com envio de projeto de lei ou medida provisória ao Congresso, em meio à reta final de campanha. A ideia de apresentar um amplo plano de redução das tarifas estaria, então, limitada a ajustes pontuais no setor, por meio de decretos e portarias. O Planalto trabalha com a expectativa de anunciar esse "plano" até o fim deste mês.

Há dois pontos de destaque no relatório: um teto de gastos para a CDE, que consumirá R\$ 19,7 bilhões em subsídios para as tarifas de energia em 2018, e o fim de incentivos para novas usinas eólicas e solares. As duas medidas só podem ocorrer por mudança em lei.

Com o teto de gastos, seria definido um limite de despesas com subsídios no primeiro ano e, para os anos seguintes, o valor máximo seria reajustado pelo IPCA dos 12 meses anteriores. Como pode haver mudança do teto por decreto, há certa flexibilidade.

O benefício criado para expandir as fontes renováveis prevê o desconto de 50% sobre as tarifas-fio - cobradas pela passagem dos megawatts nas redes de distribuição e transmissão (Tust e Tusd). Esse subsídio ajudou a ampliar a oferta de energia por usinas eólicas nos últimos anos e impulsionar a contratação de fonte solar. O relatório indica que o gasto vinculado ao desconto concedido no consumo dessas fontes aumentou 76% em 2017.

Hoje a conta de luz cobre a despesa com benefícios oferecidos a diversos segmentos da economia. Descontos na tarifa são oferecidos para consumidores da zona rural e agricultores envolvidos nas atividades de aquicultura e irrigação. Os serviços públicos de água e esgoto também são contemplados.

Para integrantes do grupo de trabalho, os segmentos não vinculados ao setor elétrico deveriam procurar fontes de incentivos com "os órgãos responsáveis pelas políticas públicas inerentes a cada um". O relatório indica que "seria uma oportunidade para que sejam criados programas com metas e aferições de resultados".

O documento não indica necessidade de mudança no subsídio usado para universalizar o serviço no país, por meio do Luz para Todos. O programa já tem previsão de acabar em 2022.

Um dos maiores gastos está atrelado à operação de térmicas movidas a óleo nos sistemas isolados. A proposta do grupo aperfeiçoa o controle de gastos da

Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e acaba com a incidência de ICMS sobre essa geração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Mudança climática põe geração de energia em risco, alertam técnicos

O impacto da mudança do clima no Brasil, com redução nas chuvas no Nordeste e em algumas regiões da Amazônia, pode ter forte consequência na geração de energia. Se o aumento da temperatura for de 2°C, a redução de energia na Bacia do São Francisco, por exemplo, pode ser de 15% em 2040 e chegar a 28% no final do século.

O alerta é de José Marengo, pesquisador titular e coordenador de pesquisa e desenvolvimento no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O fluxo de água no rio Amazonas pode reduzir em até 25% com o aumento da temperatura em 2°C, seguiu Marengo. Ele é um dos cientistas que participaram da elaboração do relatório divulgado há poucos dias "Aquecimento global de 1,5°C", do IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima que reúne cientistas do mundo inteiro.

O estudo buscou identificar as diferenças de impacto se o aumento da temperatura terrestre ficar em 1,5°C ou em 2°C, os dois limites estabelecidos no Acordo de Paris. Meio grau de diferença no aquecimento global, por exemplo, significa dez centímetros a mais no aumento do nível do mar, o que pode ser desastroso para pequenas nações insulares do Pacífico e muitas cidades costeiras.

Esperar para rever as metas climáticas de cada país em 2023, como está previsto no cronograma do Acordo de Paris, pode ser muito tarde para evitar os grandes impactos da mudança do clima. "Temos certeza que começar a discussão sobre as metas em 2023 é tarde demais, uma vez que as reduções nas emissões deveriam começar o mais rápido possível", disse a um grupo de jornalistas a brasileira Thelma Krug, vice-presidente do IPCC e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Ela se referia às metas voluntárias de redução de gases-estufa, elaboradas por cada país que assinou o Acordo de Paris, conhecidas pela sigla NDC. Os estudo

dos cientistas dizem que o esforço global dos países leva o aquecimento da temperatura a uma rota de eventos extremos muito fortes e perigosos.

O relatório do IPCC, produzido a pedido da Convenção do Clima da ONU, indica que para o aumento da temperatura ficar limitado em 1,5°C até 2030 as emissões de CO₂ teriam que ser reduzidas em 45% com relação a 2010. Em 2050 teriam que ser quase zero.

Marcos Buckeridge, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP e um estudioso dos efeitos da mudança climática sobre cana, soja, feijão e sorgo e espécies nativas, alertou sobre os efeitos do aquecimento na produção agrícola. A produção de milho cai se a temperatura estiver acima de 35°C. Na soja o limite é de 39°C. "Se passarmos de certo ponto, podemos ter problemas de produção e pode faltar alimento", disse.

Buckeridge disse que o etanol brasileiro tem potencial de substituir 15% da gasolina mundial e potencial para reduzir as emissões globais em até 6% em relação a 2014. "Não há necessidade de destruir floresta para produzir energia renovável", reforçou. Ele disse trabalhar em um projeto que tenta mudar o pacto federativo brasileiro. "As cidades brasileiras não têm autonomia para fazer as mudanças necessárias para se adaptar à mudança do clima", registrou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Consumo de gás

O consumo nacional de gás natural caiu 5,6% em agosto ante igual período do ano passado. Foram comercializados no mês 72,17 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia), segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). No ano, o consumo de gás acumula um crescimento de 4,3% ante os oito primeiros meses de 2017. O volume médio distribuído pelas concessionárias em 2018 é de 64,16 milhões de m³ /dia. O volume consumido pela indústria subiu 7% em agosto frente igual mês de 2017, para 30,3 milhões de m³ /dia - o maior volume da série histórica, desde 1998. No ano, a alta é de 4,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Sem venda de elétricas, buraco é de R\$ 12,2 bi**

Ao dizerem que não pretendem privatizar a Eletrobras, os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad já criam para o início da próxima gestão um buraco de R\$ 12,2 bilhões para resolver. No caso de Bolsonaro, que promete um grande programa de privatizações, mas que retirou a Eletrobras da lista, o problema é ainda maior, dado que seu guru econômico, Paulo Guedes, trabalha com a meta de zerar o déficit público em 2019.

A proposta orçamentária do ano que vem considera esse valor entre as receitas de concessão previstas e, a se confirmar o que o candidato do PSL tem dito, esse recurso terá que sair da conta. Vale lembrar que, mesmo com essa receita, o Orçamento em tramitação no Congresso foi construído considerando-se déficit de R\$ 139 bilhões.

Ou seja, sem esse dinheiro que a operação de venda da estatal, no formato desenhado pelo governo Michel Temer, gera para o resultado primário, o desafio proposto por Guedes torna-se ainda mais ambicioso. Normalmente, privatizações não geram resultado primário, apenas levam a uma redução da dívida pública, mas o desenho formulado pela equipe econômica atual fazia com que a venda da estatal do setor elétrico gerasse ao menos R\$ 12,2 bilhões aos cofres federais.

Uma das possibilidades de compensação para essa possível perda de receita seria antecipar o calendário de leilões de concessão de petróleo dos anos seguintes. A proposta orçamentária trabalha com um média de receitas de concessões bem mais baixa - cerca de R\$ 15 bilhões, segundo uma fonte - que a dos últimos anos.

Esta solução, contudo, seria uma antecipação de receitas dos anos seguintes, comprometendo o ajuste de longo prazo. Esses movimentos podem ser feitos ainda neste ano, já que o Orçamento ainda terá de ser votado. Mas depende de negociação com o Congresso.

Evidentemente, se o governo conseguir fazer andar o processo de venda das áreas petrolíferas da chamada cessão onerosa, cujas estimativas de receitas variam de R\$ 60 bilhões a R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura, esse problema da perda de arrecadação com a Eletrobras se torna ainda menor.

Mas avaliações internas do governo apontam que não há garantia de que será possível viabilizar esse processo da cessão onerosa para que os recursos entrem no caixa federal ainda em 2019. Também destaca-se nos bastidores que zerar o déficit com a cessão onerosa é positivo do ponto de vista da dívida, mas não é uma solução estrutural para o desequilíbrio das contas públicas, o que depende de uma série de ações tanto do lado das despesas como das receitas.

Nesse sentido, apesar da rejeição inicial de Bolsonaro à venda total da Eletrobras, ainda há interlocutores da campanha que consideram que o candidato pode mudar de ideia. Além da receita que se abrirá mão se não houver privatização, não se pode descartar o risco de a União ter que aportar recursos na empresa, dada a sua situação de recorrente desequilíbrio financeiro nos últimos anos.

Nesse caso, ainda que uma capitalização não entre nos limites definidos pelo teto de gastos, ela é uma despesa que também pressiona o resultado fiscal primário. Não há indicação neste momento de que algo nesse sentido terá que ser feito no ano que vem, mas, enquanto a situação financeira da empresa não for definitivamente equacionada, esse risco existe e não poderá ser desprezado por quem assumir o governo, seja Bolsonaro, seja Haddad.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Daniel Rittner e Camila Maia | De Brasília e de São Paulo

Título: Estatal mantém leilão de subsidiária mesmo com entrave criado pelo Senado

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., afirmou ontem que o leilão de venda da distribuidora Amazonas Energia está mantido para 25 de outubro, apesar de o Senado ter rejeitado nesta semana o projeto de lei que criava condições para a concessionária pagar dívidas bilionárias no setor.

Embora a decisão dos senadores reduza a chances de venda do controle da distribuidora, o presidente da Eletrobras disse que nada mudou em relação ao rito da licitação. Ele destacou, no entanto, que a estatal optará por liquidar a distribuidora se a venda do controle não ocorrer até 31 de dezembro - fim do período de designação.

"Estamos preparados alternativamente para essa hipótese, que não queremos exercer", disse Ferreira Jr, em conversa com jornalistas no gabinete **do ministro Moreira Franco (Minas e Energia)**.

Moreira Franco informou que, em caso de liquidação da Amazonas Energia, o governo buscará os meios para garantir a continuidade da prestação do serviço de distribuição de energia no Estado. "Aí tenho dois meses para pensar como fazer isso da melhor forma possível", comentou o ministro, sobre a hipótese de liquidação.

O presidente da Eletrobras afirmou que todo o esforço que tem sido feito de venda de ativos da holding é para ter uma empresa "pujante". "Essa situação compromete a própria sobrevivência da Eletrobras", disse.

A equipe de energia da candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência está se preparando para lidar com os problemas mais urgentes causados pela rejeição, pelo Senado, do projeto de lei que viabilizava a operação futura das distribuidoras.

Se vitorioso no segundo turno, Bolsonaro precisará lidar, a partir de 2019, com a situação da Amazonas Energia. A distribuidora é deficitária, e sua privatização, embora o leilão tenha sido mantido para o dia 25, só se torna realmente viável com a alteração na lei de modo a permitir a liquidação das dívidas. Como a estatal já devolveu, em 2016, a concessão de distribuição do Estado, não há maneira de manter a distribuidora e desistir da privatização.

Se não houver leilão, caberá ao próximo governo a decisão de liquidar a distribuidora ao fim deste ano ou de postergar o prazo em que a Eletrobras continuará na sua administração como prestadora de serviço.

"Lamento bastante a rejeição do PL 77 pelo Senado. A aprovação do mesmo era importante para resolver vários problemas do setor, entre eles a judicialização e a correspondente disputa sobre o GSF, assim como os prejuízos bilionários da distribuidora da Eletrobras do Amazonas", disse Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa e principal assessor de Bolsonaro para a questão de energia.

Ele se referiu ao problema do déficit de geração das hidrelétricas (GSF), cuja solução para a guerra de liminares também fazia parte do projeto de lei.

"De qualquer forma, estamos muito atentos, trabalhando e preparando-nos para lidar com o problema tão logo possamos, de fato, atuar", disse Castro, lembrando que, até a eleição, não há nada que possam fazer.

Em entrevista ao **Valor** no início da semana, Castro disse que, se confirmada a vitória do capitão reformado em 28 de outubro, sua equipe deve passar a atuar com o atual governo já em novembro, a fim de preparar uma transição sem solavancos.

Ele mencionou preocupação com o GSF, que chamou de problema mais urgente do setor no momento. A ideia é resolver essas questões ainda neste ano, para que o próximo governo possa iniciar já com foco em mudanças estruturais no setor elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Política

Autor: Carla Araújo e Andrea Jubé | De Brasília

Título: Temer mantém silêncio sobre indiciamento feito pela PF

Após conversas com auxiliares e ministros sobre o relatório da Polícia Federal, que pede seu indiciamento por três crimes, o presidente Michel Temer decidiu não se pronunciar oficialmente até que a Procuradoria-Geral da República se manifeste.

A ideia é evitar que qualquer fala do presidente seja interpretada como uma forma de pressionar Raquel Dodge, procuradora-geral, a não formalizar a denúncia contra ele. Ontem, Temer viajou para São Paulo para se encontrar com seu advogado, Antonio Claudio Mariz de Oliveira.

Nesta semana, a PF enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório que indícia Temer por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O ministro Luis Roberto Barroso encaminhou para que a PGR se manifeste em 15 dias. A defesa do presidente já protocolou uma petição que pede a Barroso nulidade do indiciamento imposto, alegando que a PF não tem competência para isso.

Segundo auxiliares do presidente Temer, a inclusão no relatório da PF da descrição de diálogos entre o braço-direito de Raquel, Alexandre Camanho, com o ex-assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, foi uma "explícita tentativa da PF de pressionar Raquel". "Eles quiseram colocar a faca no pescoço para que ela denuncie", afirmou uma fonte. Loures foi filmado em abril do ano passado recebendo uma mala com R\$ 500 mil de um executivo da J&F.

O relatório da Polícia Federal apontou "haver indícios para se acreditar no pagamento de cerca de R\$ 5,9 milhões diretamente para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, decorrente desta relação com o setor portuário". Agora, os advogados do presidente irão dissecar o relatório, mas já acreditam que ele contém uma série de falhas, não apresenta materialidade, documentos ou provas.

O relatório - de mais de 800 páginas - foi discutido em reunião convocada pela manhã pelo presidente Temer no Palácio da Alvorada. Participaram do encontro os ministros Moreira Franco (Minas e Energia), Carlos Marun (Secretaria de Governo) e Torquato Jardim (Justiça).

Além disso, estavam presentes o marqueteiro Elsinho Mouco; o secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Márcio Freitas; e o advogado Brian Alves Prado.

Ao **Valor**, Torquato afirmou que eles fizeram uma revisão técnica jurídica do relatório e uma avaliação de governo e da imagem do presidente. "Como não há fato novo relevante, aguarda-se a decisão da PGR. Depois, decide-se como prosseguir", disse o ministro da Justiça.

Ainda segundo o ministro da Justiça, Temer como político é acostumado a conviver com a adversidade. "Mas o coração do pai sangra - a agressão à família não devia ser parte", afirmou Torquato, em referência ao indiciamento também da filha do presidente Temer, Maristela.

Temer chamou o relatório novamente de "peça de ficção", se mostrou incrédulo e disse que vai trabalhar para desmontar a "farsa" feita pela PF supostamente em conjunto com Barroso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério mantém alta

O minério de ferro registrou alta de 0,30% ontem no porto chinês de Qingdao, para US\$ 73,58 a tonelada. O índice leva em conta o produto com teor de ferro 62%, que é a referência de negociação no mercado chinês. Na quarta-feira, a commodity tinha atingido a maior cotação - de US\$ 73,36 - desde 7 de março. Para o aço, os futuros da bobina a quente caíram 1,33% em Xangai, para 3.863 yuans a tonelada. O vergalhão recuou 1,16%, para 4.105 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo****Título: Após adquirir GE Water, Suez expande frente**

Pouco mais de um ano após a aquisição da GE Water, a companhia francesa de saneamento Suez se prepara para utilizar os negócios e tecnologias adquiridas pela operação para expandir seu apoio à indústria. A empresa vê oportunidade de avançar em outras frentes em um momento quase paralisado do saneamento.

A Suez pagou € 3,2 bilhões pelo braço de tecnologia para águas da General Electric. Um negócio que representava 3% do faturamento do conglomerado americano e já nasceu respondendo por 18% do faturamento do grupo europeu em 2016.

"A Suez é uma companhia de 150 anos. Durante muito tempo ela evoluiu com tratamento de água, saneamento, adquirindo concessões e eventualmente apoiando a indústria. Mas, há dois anos, decidiu entrar mais fortemente na indústria e precisava construir uma plataforma mais separada e adquiriu a GE Water", afirma Eduardo Pavani, vice-presidente para a América Latina da Suez Water Technologies & Solutions (Suez WTS), braço que incorporou as operações da GE.

Com a compra da GE Water, diz Pavani, o leque de oportunidades que a Suez WTS tem à frente ampliou surpreendentemente. Uma das tecnologias da GE que a empresa está incorporando é a das membranas para filtrar água. Recentemente, firmou com a Sabesp, estatal paulista de saneamento, a venda desse material.

No mundo, a Suez WTS tem 50 mil clientes, sendo 3 mil deles na América Latina, onde faturou € 180 milhões no ano passado. O país é o principal mercado da divisão na região, seguido do México e Argentina. Mas há negócios ainda no Chile, Peru, Colômbia e Venezuela. A empresa tem três unidades industriais na região: duas no Brasil (Cajamar e Sorocaba, em São Paulo) e uma na Argentina.

No Brasil a empresa está focada no tratamento de água para a indústria de óleo e gás, açúcar e etanol, alimentos e bebidas e mineração. Hoje os principais clientes são a Petrobras, Suzano Papel e Celulose, Braskem, Votorantim, Gerdaul, Ambev, São Martinho e Tereos.

A intenção, explica Pavani, é que a divisão atenda todos os desafios do ciclo do tratamento de água, no chamado modelo BOT (sigla em inglês para construir, operar e transferir), no qual a empresa concebe, constrói, opera e depois transfere o ativo. O modelo vai desde conceito de projeto, engenharia, construção, provisão de equipamentos, insumos, operação e manutenção das instalações. Incluindo plataformas de financiamento. "Não temos concorrente que possa oferecer uma solução com semelhante amplitude."

Contudo, o trabalho é "um pouco insalubre", afirma Pavani. A projeção de crescimento do PIB para a América Latina é de 1% a 2%, baixo diante das necessidades. O executivo afirma que isso é produto da instabilidade econômica e política diante da incerteza sobre quais vão ser as políticas dos próximos governos da região. Basicamente no Brasil, que vai escolher o novo presidente nos próximos dias; na Argentina, que tem eleições em 2019; e no México, cujo presidente eleito, Andrés Obrador, assume em dezembro. "Não há muita previsibilidade para onde vão as políticas públicas. E na nossa indústria, é importante saber."

Mas isso não representa uma ameaça aos planos da empresa para a América Latina, já que os mercados nos quais atua apresentam uso intensivo de água. "Somos muito otimistas, no pior caso vamos crescer dois dígitos nos próximos quatro anos", afirma Pavani.

Dos setores atendidos, a maior expectativa para os próximos anos está nos projetos de petróleo e gás. No Brasil, há interesse em serviços de tratamento de água e dessalinização para plataformas de petróleo, incluindo as da Petrobras que devem entrar em operação em 2019. Na Argentina, há uma movimentação importante para exploração petrolífera no campo de Vaca Muerta, na Patagônia, que também atrai atenção dos franceses. **(Colaborou Fernanda Pires)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Chinesas SPIC e Zhejiang avaliam aquisição da Tijoá, da Triunfo

A Triunfo Participações e Investimentos (TPI), em recuperação extrajudicial, abriu negociações com ao menos duas empresas para a venda de sua fatia de 50,1% em Tijoá, concessionária responsável pela usina Três Irmãos, maior hidrelétrica do rio Tietê.

Conforme o **Valor** apurou com duas fontes, as chinesas State Power Investment Corporation (SPIC) Pacif Hydro e Zhejiang Energy Group avaliam o ativo, ainda em fase preliminar. "Não houve discussão de preço e as empresas ainda vão começar a due diligence", afirma uma das fontes.

A TPI tenta vender o ativo há mais de um ano. A empresa contratou a área de consultoria e assessoria financeira da Planner para tocar as negociações, apurou o **Valor**. A Usina Hidrelétrica de Três Irmãos é controlada pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. - uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada em 2014. Furnas, controlada da Eletrobras, é dona de 49,9% da SPE.

A hidrelétrica fica no município de Andradina (SP) e tem cinco unidades geradoras, com capacidade instalada de 807,5 megawatts (MW) e energia assegurada de 217,5 MW. A concessão foi leiloada em 2014, sob o regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, e tem prazo de 30 anos. Procuradas, a TPI e a SPIC não comentaram. A Planner negou que esteja participando do processo. Zhejiang não retornou.

A TPI vive problemas regulatórios em vários ativos. Em rodovias, principal negócio do grupo, a lista inclui pelo menos duas concessões. A Concer, que explora estrada entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG), teve obras de um aditivo contratual paralisadas por determinação dos órgãos de controle. A concessão termina em 2021. A Concebra, corredor rodoviário de 1.176 quilômetros que engloba a BR-060/153/242, deve ser devolvida. Recentemente, expirou o prazo de concessão da Concepa, que liga Porto Alegre ao interior do Rio Grande do Sul, e era importante fonte de receita da TPI. **(Colaborou Fernanda Pires)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Governo de São Paulo tenta vender Cesp hoje

O sucesso da quinta tentativa de privatização da Cesp hoje depende do êxito do governo de São Paulo em derrubar uma decisão judicial que suspendeu a renovação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da estatal.

Até o fechamento desta edição, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) estava concentrando todos os esforços na obtenção de um mandato de segurança para reverter a decisão da Justiça Federal de Presidente Prudente, que atendeu o

pleito de uma ação popular movida contra a extensão da concessão de Porto Primavera por mais 20 anos a partir de 2028.

Caso a decisão seja revertida a tempo da entrega de propostas, marcada para acontecer entre 9h e 10h na B3, o governo de São Paulo deve encontrar interessados pela companhia, cuja primeira tentativa de privatização teve início em 1997. Nesse cenário, a sessão pública de abertura dos envelopes acontecerá às 14h.

O **Valor** apurou que o grupo Votorantim e seu parceiro em novos negócios no setor de geração de energia, o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), têm grande interesse em participar do certame de hoje. Até ontem, executivos das empresas estavam fazendo as últimas análises e preparativos para apresentar uma proposta.

A decisão final da Votorantim e do CPPIB dependia da reversão da decisão sobre a duração da concessão. Segundo fontes, o grupo brasileiro tem grande disposição em fazer uma oferta pela Cesp, considerando que o ativo está dentro de seu programa de investimentos em energias renováveis.

Tudo indica que a proposta será feita por meio da joint venture que formaram ano passado, quando adquiriram dois complexos eólicos já operacionais da Casa dos Ventos, de 206 megawatts (MW) no total. Na ocasião, o CPPIB fez um aporte inicial de R\$ 690 milhões na parceria. As duas empresas afirmaram esperar investir mais de R\$ 3 bilhões em ativos operacionais e em desenvolvimento no setor no Brasil.

Além desses ativos operacionais, a Votorantim Energia administra 32 hidrelétricas pertencentes ao grupo, com 3 GW de capacidade instalada.

Também avaliavam participar do leilão a gestora Pátria, por meio de uma parceria com o fundo soberano de Cingapura (GIC), e a Squadra. No caso desta última, que tem pouco mais de 3% das ações da Cesp, fontes afirmam que a gestora já teria atraído dois parceiros com capital, mas ainda buscava uma empresa operadora do setor que pudesse fazer a gestão dos ativos da Cesp.

Além da decisão judicial de ontem, há outros fatores que afastaram compradores da companhia, como passivos bilionários referentes à contingências judiciais sem provisionamento no balanço. O risco hidrológico é outro problema, pois a Cesp está sobrecontratada nos próximos anos.

Segundo a Thymos Energia, o certame, se confirmado, terá "baixa concorrência". O principal motivo para isso é a falta de uma solução para o déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), explicou Thais

Prandini, diretora executiva da consultoria. "Isso atrapalha a avaliação da companhia, já que grande parte de sua receita provém do mercado livre", disse.

Depois de não renovar as concessões de seus principais ativos, a Cesp encolheu e chegou aos 1.654 MW de potência de hoje. Além de Porto Primavera, que tem 1.540 MW, a companhia tem ainda Paraibuna, de 87 MW, e Jaguari, de 27,6 MW. Quem arrematar a companhia não vai ficar com Jaguari, que deve permanecer com o Estado, que deve pleitear junto ao poder concedente uma autorização para explorar o ativo diretamente.

O preço mínimo das ações da Cesp foi estabelecido em R\$ 14,30, abaixo dos R\$ 16,80 da tentativa de 2017, que foi cancelada às vésperas pela falta de interessados.

Uma oferta pelo preço base implica em um desembolso mínimo de R\$ 1,66 bilhão, referente à fatia colocada à venda pelo governo de São Paulo. O comprador será obrigado a lançar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelo restante do capital, o que pode subir o montante gasto a R\$ 4,7 bilhões. Além disso, há a outorga mínima de R\$ 1,36 bilhão paga à União pela renovação da concessão de Porto Primavera.

No caso de concorrência, com pagamento de prêmio em relação ao preço mínimo por ação, o mesmo percentual será aplicado à outorga cobrada pela União.

Ontem, as ações preferenciais classe B da estatal paulista subiram 1,33%, a R\$ 15,20, já refletindo a expectativa de concorrência hoje.

A expectativa é que com a privatização e uma gestão melhor, a companhia possa valer mais. "Estimamos que a Cesp possa ser avaliada em R\$ 25 por ação, acima do preço mínimo do leilão. É claro, o destravamento desse valor adicional vai depender de quem estiver à frente do show", escreveram os analistas do Itaú BBA, Pedro Manfredini, Gustavo Miele e Raul Cavendish. O banco elevou ontem o preço-alvo das ações da companhia de R\$ 17 para R\$ 18. Segundo os analistas, dependendo de quem comprar a companhia, os minoritários devem manter a posição, para capturar o valor da nova gestão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Bettina Barros | De São Paulo

Título: Amaggi vai investir na produção de biodiesel a partir de 2019

Maior produtora e processadora de grãos de capital nacional, a Amaggi passará a atuar também no segmento de biodiesel a partir do ano que vem. A companhia vai investir em uma nova unidade em Lucas do Rio Verde (MT), onde já possui uma planta de esmagamento de soja.

A empresa já cogitava atuar neste mercado, mas concluiu que o momento é mais oportuno, já que acaba de finalizar a expansão da fábrica de processamento no município mato-grossense, que passou a esmagar 3,6 mil toneladas de soja por dia.

De acordo com Judiney Carvalho, presidente da Amaggi, a futura planta deverá consumir toda a produção de óleo de soja da Amaggi em Lucas do Rio Verde. A estimativa de investimento inicial é da ordem de R\$ 75 milhões.

A intenção é comercializar o produto, mas a empresa estuda utilizá-lo, parcialmente, em sua frota própria de tratores, colheitadeiras e outros maquinários.

Segundo o **Valor** apurou, a construção da fábrica pode ser ainda revista - a empresa não descarta a opção de adquirir uma unidade já em produção. Por esse motivo, prefere ainda não falar em valores de investimento.

Em Lucas do Rio Verde, a Fiagril já tem uma unidade de biodiesel e poderia negociar o ativo. Braço agrícola do grupo chinês Pengxin, a empresa decidiu limitar suas operações à distribuição de insumos para a lavoura, após o revés financeiro que obrigou os chineses a reavaliar seu posicionamento no mercado nacional.

Em previsão no início deste ano, a consultoria Terrafirma estimou que o aumento da mistura do biodiesel no diesel de 8% para 10%, antecipado pelo governo federal em um ano, deverá gerar uma demanda adicional pelo biocombustível de 1,3 milhão metros cúbicos em 2018. Em receita, isso equivale a R\$ 3,5 bilhões a mais para as usinas.

O aumento da mistura deverá, ainda, elevar a demanda dos atuais 4,4 para 7,5 milhões de metros cúbicos por ano de 2017 a 2030, prevê a consultoria.

Vinculada à família do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, a Amaggi encerrou 2017 com receita líquida de R\$ 14,27 bilhões e lucro de R\$ 534,5 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2018****Seção: Finanças****Autor: Kate Beioley | Financial Times****Título: Fundos não refletem alta do petróleo**

Os preços do petróleo atingiram neste mês o maior nível em quatro anos, mas os investidores que compraram fundos passivos voltados para o petróleo, para se beneficiar disso, vão ficar desapontados. Os fundos passivos não acompanham a alta dos preços do petróleo e, em alguns casos, têm resultado em grandes perdas para os investidores no longo prazo, por causa da maneira como são estruturados.

A alta do petróleo tipo Brent neste mês é uma resposta aos temores de um aperto na oferta por causa das sanções dos Estados Unidos contra o Irã, um grande produtor de petróleo, e à decisão tomada pelos maiores produtores de petróleo do mundo em setembro, de não aumentar a produção.

No curto prazo, os investidores que compraram commodities relacionadas ao petróleo negociadas em bolsas de valores (ETCs) terão retornos positivos. Mas no médio prazo, os veículos passivos em petróleo vêm apresentando um retorno significativamente menor que a alta dos preços do petróleo e em alguns casos, mergulhando em território negativo.

O ETFS Brent Crude, uma grande ETC que acompanha o Bloomberg Brent Crude Subindex, obteve valorização de 26,29% no ano, segundo dados da "Bloomberg". Isso se compara a um retorno de quase 20% do preço do contrato de petróleo Brent para entrega imediata no mesmo período. O ETF Securities WTI Crude Oil, que se concentra nos produtores de petróleo dos EUA, também entregou retornos melhores do que o contrato do petróleo West Texas Intermediate no ano até agora.

Como resultado, a alta dos preços do petróleo pode ser ruim para um ETC de petróleo, e esses vêm perdendo bastante quando os operadores acham que os preços do petróleo vão subir.

No momento, não é o caso. Os mercados estão prevendo preços menores para o petróleo no futuro e os ETCs de petróleo vêm se saindo melhor que os contratos para entrega imediata neste ano.

"Desta vez, o contango [quando o preço futuro fica acima do à vista] não está mostrando sua cara feia", diz Oliver Smith, gerente de portfólio da IG. "A forma

da curva de futuros é uma indicação de que os operadores acreditam que os preços vão cair nos próximos meses, mas isso significa que os ETFs de petróleo estão tendo um desempenho superior ao preço do petróleo para entrega imediata."

Mas no longo prazo os corretores afirmam que os ETCs de petróleo não são uma boa maneira de os pequenos investidores se posicionarem no mercado de petróleo.

Gavin Haynes, diretor-gerente da gestora de investimentos Whitechurch Securities, diz: "Como os preços do petróleo são notoriamente difíceis de prever e conduzidos pela especulação, com os fatores políticos tendo um impacto significativo, acreditamos que investir diretamente é um jogo de adivinhação e não temos uma exposição direta ao petróleo em nossas carteiras. Assim como a maioria dos investidores, temos uma exposição indireta via investimentos em ações. Por exemplo, o setor de petróleo e gás tem um peso de cerca de 15% no mercado de ações do Reino Unido."

James McManus, gerente de investimentos da plataforma on-line Nutmeg, diz que os investidores não deveriam julgar os ETCs de petróleo pelo desempenho em relação ao do óleo. Os ETCs de petróleo "não são produtos ruins", mas geralmente não são o melhor veículo para os pequenos investidores, diz, acrescentando que os investidores deveriam avaliar o desempenho olhando para os índices que os ETCs acompanham e não para o preço subjacente do petróleo.

"No caso do ETFS WTI Crude Oil, seu objetivo declarado é acompanhar o desempenho do sub-índice Bloomberg WTI que, conforme mostra o primeiro gráfico, vem se saindo relativamente bem nos últimos cinco anos. Os investidores precisam ter certeza de que o objetivo declarado do produto é consistente com suas expectativas", afirma McManus.

MME / ASCOM .